

Sarney vai à TV para influir na Constituinte

O Presidente se posicionará sobre os cinco temas mais polêmicos, exceto a duração do mandato

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Preocupado com o ruído que as discussões sobre importantes temas vêm tomando na Constituinte, o presidente José Sarney prepara-se para — no "tempo correto e de forma adequada" — posicionar-se sobre cinco temas: Sistema de Governo; Reforma Agrária; Estabilidade no Emprego; Jornada de 40 horas semanais de trabalho; Definição de Empresa Nacional.

Quanto à questão da duração do seu mandato, ainda objeto de muita polêmica por parte dos constituintes, Sarney entende que "esta é uma questão já definida", a partir do momento em que ele, em pronunciamento à Nação, no dia 18 de maio passado, manifestou sua posição favorável aos cinco anos, abrindo mão de um ano que lhe facultava a Constituição vigente. As informações são de importantes assessores do Palácio do Planalto.

AS POSIÇÕES
No momento correto,

o presidente Sarney vai expor à Nação as posições que defende em relação a esses cinco pontos polêmicos que vêm lhe preocupando. Dirá que prefere o "Presidencialismo mitigado" nos moldes do sistema americano, que inclui um Congresso forte e participante, ratificando, desta forma, ponto de vista já manifestado.

No caso da reforma agrária, o presidente Sarney vai defender a desapropriação das terras por interesse social, com o pagamento das indenizações através de títulos da dívida Agrária. Já com relação à estabilidade do trabalhador no emprego, dirá — com todas as letras que é contra porque está convencido de que este dispositivo vai dificultar o relacionamento entre o Capital e o Trabalho, lembrando que a estabilidade no emprego — com 10 anos de serviço — já foi tentada no Brasil, sem sucesso. Sempre que um empregado estava prestes a completar o período que lhe permitia a estabilidade,

era sumariamente demitido.

Também em relação à jornada de 40 horas semanais de trabalho, o Presidente vai se posicionar contrário, por entender que o Brasil é ainda um país pobre, necessita fundamentalmente de trabalho, para assegurar prosperidade e riqueza ao seu povo. Dirá, ainda, que este é um dos temas sobre os quais o Estado não deve intervir, que deve ser negociado entre patrões e empregados.

De todos os cinco pontos, no entanto, o que certamente vai gerar mais polêmica será o que se relaciona com a conceituação de empresa nacional. No momento certo, Sarney vai dizer, claramente, que empresa nacional é "qualquer empresa que se estabeleça no País, atraindo investimentos". Vai dizer, ainda, que as multinacionais serão bem-vindas, não serão discriminadas, e, também, que não terão acesso aos incentivos do Governo.

EUGENIO NOVAES



Saltando obstáculos

Café da manhã com Sarney para discutir Constituinte e FMI. Reunião matutina com o Movimento Unificado Progressista do PMDB (reportagem abaixo), almoço com os líderes peemedebistas e o ministro Bresser Pereira, tendo FMI no cardápio. À tarde cheia de contatos políticos. No jantar, novamente os líderes, o ministro do Trabalho e os constituintes Bernardo Cabral e Afonso Arinos, numa discussão sobre o novo salário mínimo e a questão da estabilidade no emprego na futura Carta. Com um pique desses, Ulysses tem de estar em forma e sempre pronto a saltar obstáculos não faltam.

Ulysses recusa idéia de deixar o governo

O deputado Ulysses Guimarães rechaçou ontem proposta do Movimento da Unidade Progressista (de esquerda) do PMDB de rompimento do partido com o Governo, argumentando que "PMDB e Governo são como pai e filho e pai não pode largar o filho; pode, no máximo, dar umas palmadas nele". No encontro que manteve com representantes do grupo ontem pela manhã, durante duas horas, Ulysses tentou demovê-los da idéia de fundar um novo partido — "formar partido novo não é fácil", alegou — e apelou a todos em favor da unidade partidária, diante da ameaça dos "progressistas" de abandonar a legenda.

Os progressistas apresentaram ao presidente do partido e da Constituinte um documento histórico do surgimento do MUP, sua insatisfação com o partido, o Governo no e a Constituinte. "O PMDB, pela hesitação de alguns, traição de outros e duvidades da participação num governo heterogêneo e que descumpra os seus compromissos, se descaracteriza e se compromete irremediavelmente", afirma o manifesto.

O presidente Ulysses Guimarães, que sempre tentou minimizar a importância da articulação dos progressistas — "o PMDB sempre conviveu com idéias diferentes, todos podem se reunir e conversar", repetia — ouviu também críticas à sua conduta na direção partidária. A imagem do presidente do PMDB estaria desgastada perante o partido e a opinião pública, mais até que a do presidente Sarney, segundo os progressistas.

Outras críticas contidas no documento do MUP dizem respeito ao possível acordo entre o Brasil e o FMI, já rejeitado em convenção nacional do PMDB; o risco de desnacionalização da economia brasileira, a cobrança de respostas do Poder Executivo aos 71 pedidos de informação apresentados pelos constituintes e que deveriam ser respondidos num prazo de 20 dias. Sob ameaça de deixar o partido, os progressistas exigem da cúpula partidária uma cobrança ao Go verno de fidelidade ao programa peemedebista e respeito às suas deliberações na convenção nacional.

Anistia é debatida na Escola Naval

Rio — Um grupo de quatro deputados federais — Prisco Viana (PMDB-BA), Expedito Machado (PMDB-CE), Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Ricardo Fiuzza (PFL-PB) e dois senadores peemedebistas — José Fogaça (RS) e José Richa (PR) — foram alvos ontem de uma bateria de perguntas sobre o projeto de anistia irrestrita aos militares, durante as nove horas em que permaneceram na Escola de Guerra Naval. Essa foi a maior preocupação dos 80 capitães de corveta e dos 40 capitães de mar-e-guerra que integram o corpo de alunos da escola.

Os militares, durante os debates, manifestaram-se também apreensivos quanto a possibilidade de extinção do Conselho de Segurança Nacional.

Conflitos podem sair da Carta

A proposta de se remeter para a legislação ordinária alguns dos pontos polêmicos do projeto de constituição começa a ganhar adeptos entre os constituintes. Dessa forma, questões como direitos trabalhistas, reforma agrária e tributação teriam seus princípios gerais estabelecidos pela constituição e sua regulamentação feita pelo Congresso Nacional.

O grupo do relator Bernardo Cabral, com 32 constituintes e assessoria da OAB, tem trabalhado nesse sentido. Ao reduzir o número de artigos do atual projeto, o que se pretende não é só tornar o texto constitucional mais suscinto, mas principalmente evitar que cheguem a plenário questões que possam criar barreiras para a aprovação do novo texto. O grupo está fazendo uma triagem dos pontos que podem ficar de fora do anteprojeto e serem regulamentados por lei ordinária.

Os direitos trabalhistas, por exemplo, seriam assegurados, inclusive a estabilidade, pela constituição. Mas a fixação da jornada de trabalho e do limite mínimo de dias para a estabilidade no emprego só seriam definidas após a aprovação do texto constitucional, por projeto de lei.

Este também é um caminho para a reforma agrária e que foi defendido pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Ele acha que a Constituição tem apenas de garantir a reforma agrária e a agilidade das emissões de posse, deixando a fixação dos dólitos de propriedade para o Congresso Nacional.

O líder do PMDB na Constituinte apóia a idéia de uma Carta Sintética, que não chegue à minúcia daquilo que pode ser resolvido pelo Congresso, mas só cre na negociação interpartidária para apagar as divergências.

Governadores se unem por dinheiro

Quando os governadores, articulados por Moreira Franco, se reunem no próximo dia 13 de agosto para tentarem fixar a posição mais ou menos coesa sobre temas polêmicos na elaboração da nova Carta, certamente se confirmarão as previsões do Palácio do Planalto. Ninguém nas cercanias do presidente Sarney tem dúvidas de que a questão da reforma tributária será uma das mais acirradas disputas em plenário.

De um lado, os governadores tentarão influenciar suas bancadas a lutar por uma total reformulação da sistemática dos tributos, do outro os representantes dos interesses da União buscando evitar um sangramento excessivo no tesouro sem a correspondente transferência de encargos para estados e municípios.

Do Rio Grande do Sul aos estados do Nordeste, todos tentam um "reforço" em seus cofres. O governador Pedro Simon está aflito com a maior crise financeira de todos os tempos e até São Paulo andou com problemas na hora de pagar o gatilho ao funcionalismo.

A política tributária foi o grande instrumento usado pelo regime militar visando submeter a seus interesses os governadores. Essa subordinação era uma das pedras de toque da estratégia de centralização das decisões no autoritarismo.

Como o relatório da comissão sobre o novo sistema de tributos vem recebendo críticas de amplos setores da Constituinte,

nunca foi tão importante a mobilização destes dois "lobbies" — estados e União — para tentar vencer a parada.

Mas como na pauta de Moreira e seus companheiros há outros pontos, todos devem voltar suas atenções para o tópico da forma de governo. Enquanto alguns governadores vão elaborar esboços de disposições constitucionais, o Palácio do Planalto trabalha num completo substitutivo, através do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos e de alguns parlamentares. Politicamente, a idéia é assegurar a sobrevivência do sistema presidencialista no Brasil, ainda que fazendo uma série de concessões ao Parlamento. O governo vai enfrentar grandes dificuldades para vencer, a forte tendência congressista em favor da implantação do Parlamentarismo.

Ainda não foi possível aferir o grau de influência dos governadores segundo a crença de alguns políticos mais ligados a eles. Até agora a maioria dos constituintes prefere preservar certa liberdade e autonomia em relação aos governadores, como já se verificou em algumas decisões até mesmo da bancada do PMDB.

Sem dúvida é uma influência que pesa, principalmente em estados mais pobres como os do Nordeste, porém, todas as forças dessa balança só estarão definitivamente medidas e comprovadas quando o texto final da Constituição for anunciado ao País.



Jorge Leite articula os moderados

Leite: bloco é para aprovar nova Carta

O bloco suprapartidário que vem sendo formado no Congresso Nacional em articulação com o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, não é para dar apoio ostensivo ao Presidente José Sarney, mas para aprovar uma Constituição moderna, que esteja condizente com os anseios da população brasileira, disse ontem o deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), depois de audiência com o Presidente Sarney. Leite vem trabalhando as adesões dos parlamentares cariocas. Ele acha que já conta com cerca de 30 deputados.

Jorge Leite disse para Sarney que é contrário à convocação de um plebiscito para aprovação da Constituição, por acreditar que essa medida vai atropelar os trabalhos da Constituinte. Leite recebeu o reconhecimento de Sarney, que não quis fazer nenhum comentário sobre a proposta de-

fendida pelos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

EQUIDISTANTE

— Vou procurar me manter equidistante das correntes que surgem no Congresso Nacional, que são naturais — disse o presidente Sarney ao deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS). Acrescentou que não vai negociar o seu mandato de cinco anos na Assembleia Nacional Constituinte, mas aceita, como sempre frisou, a decisão que for tomada, por considerá-la soberana.

Para Mendes Ribeiro, disse que o bloco suprapartidário não representa o grupo de centro-direita que vem sendo articulado pelo deputado Carlos Sant'Anna, e observou que o primeiro movimento já conta com mais de 100 deputados do PMDB.



Carlos Chiarelli

Maioria apóia novo sistema, diz Chiarelli

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), afirmou ontem que desconhece qualquer compromisso de seu partido para votar em favor do presidencialismo, como anunciou o líder na Câmara, José Lourenço (BA). Na opinião de Chiarelli a maioria da bancada do Senado é favorável ao parlamentarismo, faltando apenas definir os seus parâmetros.

O deputado baiano Genebaldo Corrêa, um dos principais coordenadores do PMDB, estendeu que o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tenha feito a mesma previsão. Genebaldo está convencido de que quase 60 por cento do PMDB estão com o parlamentarismo e não adiantará pressão, seja de onde for, para alterar esse quadro.

O secretário-geral da Ação Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), acentuou ontem que todos os levantamentos feitos no Congresso indicam que o parlamentarismo é o sistema preferido. Essa tendência não será modificada apesar das manobras feitas pelos presidentes do PMDB e do PFL, que "estão negociando um acordo pelo presidencialismo".

Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e Marco Maciel (PFL-PE), não se entendem, observa Faccioni, "em torno de uma política econômica e social, capaz de superar a recessão, o desemprego e o achatamento salarial, mas estão fazendo acordos, à revelia das suas bancadas majoritárias, para sabotar a mudança do sistema de Governo".

Nordeste se unirá pelos cinco anos

Os deputados José Luis Maia (PDS-PI) e Albérico Cordeiro (PFL-AL) estão tentando convencer os governadores do Nordeste a marcar o encontro que deverão realizar em agosto para uma data entre os dias 16 e 18 próximos. Os governadores nordestinos, capacitados pelo anfitrião Alberto Silva, do Piauí, lançarão o "Documento de Teresina", que defenderá um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

A articulação dos deputados é explicada por Cordeiro: "Nessa época, o Presidente estará no México, em visita oficial, o que nos permitirá desvincular o encontro e o documento de qualquer acusação de bajulação". O deputado afirmou também que ele e Maia vão tentar convencer os cerca de 200 parlamentares nordestinos de todos os partidos a irem a Teresina para apoiar a decisão que for tomada pelos governadores estaduais.